

Plantae S.A - Crédito, Financiamento e Investimento

Presidente Prudente - SP

Demonstrações Financeiras Individuais do semestre findo em 30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanço Patrimonial	7
Demonstração dos Resultados	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Plantae S.A - Crédito, Financiamento e Investimento, Instituição Individual, submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, Muller & Prei Auditores Independentes, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

A PLANTAE foi constituída com o objetivo estratégico de fornecimento de crédito aos produtores rurais de pequeno e médio porte para tornar-se caracteristicamente uma instituição de “nicho” no mercado financeiro, voltada para o setor do agronegócio.

A instituição recebeu autorização de funcionamento em 21 de Janeiro de 2021 e inicialmente seus esforços foram direcionados na implantação e parametrizações do sistema operacional da instituição tendo como foco a viabilização de todas as rotinas e processos operacionais.

A instituição declara nos termos da Resolução CMN nº 4.122/2012, que está operando em conformidade com seu projeto de constituição, de forma aderente ao seu Plano de Negócios e que seus objetivos estão sendo alcançados pela Administração.

Presidente Prudente, 06 de agosto de 2021.

Wolney de Medeiros Arruda Filho
Diretor Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Plantae S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Presidente Prudente - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Plantae S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Plantae S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de agosto de 2021.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/SP
Reginaldo Bescorovaine
Contador CRC-PR Nº 45.212/O-5 S/SP

Plantae S.A - Crédito, Financiamento e Investimento

Presidente Prudente - SP

Balço Patrimonial
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	30 de Junho de 2021
Ativo Circulante		<u>18.225</u>
Disponibilidades	5	<u>10</u>
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		<u>13.125</u>
Carteira Própria	6	<u>13.125</u>
Operações de Crédito		<u>5.081</u>
Setor Privado	7.a	<u>5.107</u>
(-) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.c	<u>(26)</u>
Outros Créditos		<u>5</u>
Diversos	8	<u>5</u>
Outros Valores e Bens		<u>4</u>
Outros Valores e Bens	9	<u>4</u>
Ativo Não Circulante		<u>500</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>500</u>
Operações de Crédito		<u>500</u>
Setor Privado	7.a	<u>502</u>
(-) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.c	<u>(2)</u>
Permanente		<u>152</u>
Imobilizado de Uso	10	<u>136</u>
Outras Imobilizações de Uso		<u>144</u>
(-) Depreciações Acumuladas		<u>(8)</u>
Intangível	11	<u>16</u>
Outras Ativos Intangíveis		<u>18</u>
(-) Amortizações Acumuladas		<u>(2)</u>
Total do Ativo		<u><u>18.877</u></u>

Passivo e Patrimônio Líquido

	Nota	30 de Junho de 2021
Passivo Circulante		<u>468</u>
Outras Obrigações		<u>468</u>
Fiscais e Previdenciárias	12.a	<u>140</u>
Diversas	12.b	<u>328</u>
Patrimônio Líquido	13	<u>18.409</u>
Capital		
De Domiciliados no País		20.000
Lucros ou Prejuízos Acumulados		<u>(1.591)</u>
Total do Passivo		<u><u>18.877</u></u>

Plantae S.A - Crédito, Financiamento e Investimento

Presidente Prudente - SP

Demonstração do Resultado
(Em milhares de Reais)

		21/01/2021
		a
	Nota	30/06/2021
Receitas de Intermediação Financeira		<u>440</u>
Operações de Crédito	15 a.	249
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15 a.	191
Despesas da Intermediação Financeira		<u>(28)</u>
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(28)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>412</u>
Outras Receitas/Despesas Operacionais		<u>(1.976)</u>
Outras Despesas Administrativas	15 b.	(1.043)
Despesas de Pessoal	15 c.	(909)
Despesas Tributárias	15 d.	(24)
Outras Despesas/Receitas Operacionais (excluir)		
Resultado Operacional		<u>(1.564)</u>
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		<u>(1.564)</u>
Prejuízo do Período		<u><u>(1.564)</u></u>

Plantae S.A - Crédito, Financiamento e Investimento

Presidente Prudente - SP

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de Reais)

	21/01/2021
	a
	<u>30/06/2021</u>
Prejuízo do Período	<u>(1.564)</u>
Outros Resultados Abrangentes Não Reclassificados para o Resultado	-
Resultado Abrangente Líquido do Semestre	<u><u>(1.564)</u></u>

Plantae S.A - Crédito, Financiamento e Investimento

Presidente Prudente - SP

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
do Semestre Findo em 30 de Junho**

(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Integralizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos iniciais em 21 de janeiro de 2021	-	-	-
Despesas pré-operacional	-	(27)	(27)
Integralização de Capital	1.000	-	1.000
Aumento de Capital	19.000	-	19.000
Prejuízo do Período	-	(1.564)	(1.564)
Saldos finais em 30 de junho de 2021	20.000	(1.591)	18.409
Mutações do Semestre	20.000	(1.591)	18.409

Plantae S.A - Crédito, Financiamento e Investimento

Presidente Prudente - SP

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto
(Em milhares de Reais)

	21/01/2021
	a
	<u>30/06/2021</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Prejuízo Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.564)
Ajustes ao Prejuízo do Período	
Depreciações e Amortizações	10
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	28
	<u>(1.526)</u>
(Aumento)/Redução dos Ativos	
Operações de Crédito	(5.609)
Outros Créditos	(5)
Outros Valores e Bens	(4)
Aumento/(Redução) dos Passivos	
Fiscais e Previdenciárias	140
Diversas	328
	<u>(6.676)</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(144)
Aquisição de Intangível	(18)
	<u>(162)</u>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
Integralização e Aumento de Capital	20.000
Despesas pré-operacional	(27)
	<u>19.973</u>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>13.135</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	13.135

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A Plantae S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Plantae"), Instituição Individual, é uma Companhia com a natureza jurídica de Sociedade Anônima de Capital fechado, constituída em 19 de novembro de 2019, com sede na Avenida Coronel José Soares Marcondes, nº 983 – 2º e 3º andares – Bairro Bosque, no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil - BCB a funcionar em 21 de janeiro de 2021, momento pela qual passou a atender aos normativos do Banco Central do Brasil - BCB e preparar suas demonstrações financeiras com base no COSIF. Atua na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento "Financeira", que realiza operações de crédito na modalidade de Empréstimo e Desconto de Recebíveis com foco no agronegócio. O controlador da Instituição é o Sr. Wolney de Medeiros Arruda Filho

A instituição declara nos termos da Resolução CMN nº 4.122/2012, que está operando em conformidade com seu projeto de constituição, de forma aderente ao seu Plano de Negócios e que seus objetivos estão sendo alcançados pela Administração.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 28 de junho de 2021, foi aprovado a majoração do objetivo social da Instituição que passa a contemplar também a atividade de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago, em processo de aprovação pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Nota 2. Base de Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil - BCB, apresentados em conformidade com o plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00- Pronunciamento Conceitual Básico;
CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
CPC 03- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
CPC 04- Ativo Intangível;
CPC 05- Divulgação sobre Partes Relacionadas;
CPC 10- Pagamento Baseado em Ações;
CPC 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
CPC 24- Eventos Subsequentes;
CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
CPC 33- Benefícios a Empregados; e
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB

nº 2/2020, revogou a Circular BCB nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. No presente semestre a Instituição não apresentou resultados não recorrentes.

A moeda funcional utilizada pela Plantae é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras onde os valores são expressos em milhares de reais.

As demonstrações não estão sendo apresentadas de forma comparativa por ser essa divulgação, a primeira após a autorização de funcionamento da Instituição.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis determinantes da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Plantae S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento avaliou os eventos subsequentes até o dia 06 de agosto de 2021, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva.

Nota 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado e contido nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Reservas Livres

Reservas livres em espécie mantidas no Banco Central do Brasil – BCB, vinculadas ao processo de abertura de conta pagamento...

c) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, nos termos da Circular nº 3.068/01 em três categorias distintas:

- I. Títulos para Negociação são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, os quais são avaliados ao valor provável de realização em contrapartida ao resultado do período.
- II. Títulos Mantidos até o Vencimento são adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento, os quais são avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida

ao resultado do período.

III. Títulos Disponíveis para Venda são aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado e avaliados a valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponíveis para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações para ativos ou passivos com características semelhantes.

d) Operações de Crédito e Provisão para perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro-rata dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais. As rendas de operações de crédito vencidas a partir de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o art. 9º da Resolução nº 2.682/99.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações de créditos contratadas com o cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 mil são classificadas em função dos atrasos consignados no artigo 4º da Resolução 2.682, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao nível A. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 36 meses, admitindo-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", admitindo-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Outros Créditos e Outros Valores e Bens

São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas "pro-rata dia" e provisão para perdas, quando julgado necessário.

f) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

g) Imobilizado de Uso e Intangível

Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é registrada por meio do método linear, tendo como base as taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

h) Intangível: O intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que a Companhia irá obter benefícios desses itens em até cinco anos. Estes são ajustados por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, conforme demonstração na nota explicativa nº 10.

i) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime do lucro real anual com pagamento de estimativa mensal para apuração dos tributos.

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15% conforme legislação fiscal em vigor, pertinente a cada encargo.

Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, além do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

k) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

A **Plantae** revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Nota 4. Processo de Gestão de Risco

a) Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco é uma ferramenta primordial para garantia do uso adequado do capital e a melhor relação entre o risco e o retorno para a **Plantae**.

Dentro dos princípios de gerenciamento de riscos, deve haver o envolvimento dos gestores das áreas em todos os níveis da **Plantae**, já que todos são responsáveis por avaliar, mitigar e controlar os riscos. Todos os colaboradores da **Plantae** são responsáveis pela identificação e registro das ocorrências que impliquem em possíveis perdas financeiras.

O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades da **Plantae** são realizados por pessoa independente por meio de políticas de controles, estabelecidos por meio de estratégias de operação, determinação de limites, assim como do monitoramento frequente das posições assumidas por meio de técnicas específicas, em conformidade com as diretrizes da **Plantae** pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

b) Risco de Crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) o risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

A estrutura de gerenciamento de riscos da **Plantae** possui normas e procedimentos operacionais, buscando meios de identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito associado às operações da Instituição.

c) Risco Operacional

A Resolução nº 4.557/17 define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Na definição de risco operacional, inclui-se ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional na **Plantae** tem por objetivo a definição e revisão constante de ações, buscando a captura organizada de informações que permitem a identificação de fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e adoção de planos de melhoria correspondentes, considerando a adequada relação custo e benefício de sua implementação.

d) Risco de Mercado e Liquidez

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A **Plantae**, desde o início das suas atividades e da implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, busca desenvolver e aprimorar seus processos, visando manter contingente, ferramentas e metodologias adequadas ao seu enquadramento no segmento 4 (S4), conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/17, desta forma as referidas estruturas devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição; e
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua.

A Resolução nº 4.557/17 define que o risco de liquidez é a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos, e obrigações.

A **Plantae** possui uma estrutura para o gerenciamento do risco de liquidez, que tem por objetivo gerir e manter a liquidez necessária para honrar as suas obrigações no momento em que são devidas e assim garantir a continuidade dos negócios sem ocorrer em custos adicionais de captação ou perdas financeiras na liquidação de ativos.

e) Gestão de Capital

Por capital entende-se como o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõem o patrimônio de referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo Banco Central do Brasil especificamente para este fim.

f) Índice de Basileia

O Banco Central do Brasil, por meio das Resoluções n.ºs 4.192/13 e 4.278/13 instituiu a apuração do patrimônio de referência por meio da Resolução n.º 4.193/13 instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido (8%) para os ativos ponderados pelo risco (RWA). A instituição adota uma estrutura de gerenciamento de capital objetivando manter um nível mínimo de capital superior às exigências mínimas regulatórias. O índice de Basileia, em 30 de junho de 2021 apurado é de 41,54%. A tabela abaixo demonstra, além do índice de Basileia, a composição do Patrimônio de Referência e as parcelas requeridas pelos ativos ponderados pelo risco (RWA).

	<u>30/06/2021</u>
Patrimônio de Referência	18.392
Patrimônio de Referência Nível I	18.392
Capital Principal	18.392
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	12.994
Risco de Crédito	12.306
Risco de Mercado	-
Risco Operacional	688
Índice de Basileia	41,54%

Nota 5. Disponibilidades

	<u>30/06/2021</u>
Reservas Livres	<u>10</u>
Total	<u>10</u>

Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está classificada de acordo com a Circular 3.068/01 do Banco Central do Brasil na categoria disponíveis para venda, as aplicações em títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2021 apresentavam montantes de R\$ 13.125 e estavam representadas por aplicação em cotas de fundos de investimentos de curto prazo.

Composições da Carteira

	<u>30/06/2021</u>	
	Valor de Custo	Valor de Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	13.125	13.125
Carteira Própria	13.125	13.125
Certificados de Depósitos Bancários (i)	13.125	13.125
Total	<u>13.125</u>	<u>13.125</u>

(i) O valor da aplicação em certificados de depósitos bancários reflete o valor atualizado na data das demonstrações. Possuem remuneração atrelada ao CDI. Os saldos em CDB são resgatáveis a qualquer momento.

Nota 7. Operações de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe sobre critérios para a classificação das operações de crédito, assim como para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em critérios de avaliação de risco de clientes/operações e atrasos. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da carteira de crédito por segmento econômico e nível de risco:

Nível de Risco	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	% Provisão	Provisão 2021
A	81	5.528	5.609	0,5	28

Em 30 de junho de a carteira de crédito estava composta de saldos:

Produto	30/06/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Empréstimo	2.673	494	3.167
Desconto de Recebíveis	2.434	8	2.442
Total da Carteira de Crédito	5.107	502	5.609
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(26)	(2)	(28)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	5.081	500	5.581

	30/06/2021	Participação
Setor Privado		
Pessoas Físicas	26	0,46%
Outros Serviços	178	3,17%
Rural	5.405	96,38%
Total	5.608	100,00

b) Composição da carteira de crédito por vencimento:

Parcelas em Curso Normal:	30/06/2021
De 1 a 30 dias	2.708
De 31 a 60 dias	169
De 61 a 90 dias	269
De 91 a 180 dias	816
De 181 a 360 dias	1.545
Acima de 360 dias	102
Total	5.609

Não houve parcelas em atraso no período.

c) Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

	30/06/2021
Saldo Inicial	-
Constituições	42
Baixas	(14)
Saldo Final	28

d) Concentração dos Maiores Devedores:

	30/06/2021	%
Maior devedor	1.972	35,16
Dez maiores devedores ⁽¹⁾	3.184	56,78
Outros	453	8,06
Total	5.609	100,00

(1) Em 30 de junho de o maior volume de operações é de clientes pessoa física com operações de Empréstimo Pessoal.

e) Resultado de Operações de Crédito:

	<u>30/06/2021</u>
Rendas com Empréstimos	65
Rendas com Direitos Creditórios	183
Total	<u>249</u>

f) Renegociação e Recuperação de Créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2021 não houve renegociação.

Nota 8. Outros Créditos – Diversos

	<u>30/06/2021</u>
Imposto de Renda a Recuperar (i)	5
Total	<u>5</u>

(i) Imposto de Renda a recuperar

Imposto de renda a recuperar refere-se a imposto de retidos na fonte oriundos de resgates de aplicações financeiras de períodos anteriores.

Nota 9. Outros Valores e Bens

Outros valores e bens está composto por despesas antecipadas:

	<u>30/06/2021</u>		
Outros Valores e Bens	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Assinatura de Jornais e Revistas periódicos	4	0	4

Nota 10. Imobilizado de Uso

		<u>06/2021</u>		
	Taxas de Depreciação (ao ano)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	80	(3)	77
Sistema de Processamento de Dados	20%	36	(3)	33
Sistema de Comunicação e segurança	20%	11	(1)	10
Outros	10%	17	(1)	16
Total		<u>144</u>	<u>(8)</u>	<u>136</u>

Nota 11. Intangível

				<u>06/2021</u>
	<u>Taxas de Amortização</u>	<u>Custo Histórico</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor Residual</u>
Outros Ativos Intangíveis	10%	18	(2)	16
Total		<u>18</u>	<u>(2)</u>	<u>16</u>

É representado por software de messengeria registrado pelo custo de aquisição e amortizado, de forma linear, pelo prazo estimado de benefício econômico.

Nota 12. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias:

	<u>30/06/2021</u>
Impostos e Contribuições a Recolher (i)	140
Total	<u>140</u>

(i) Referem-se a valores de INSS, FGTS e IRRF sobre a folha de pagamento apurado no mês de junho de 2021.

b) Diversas:

	<u>30/06/2021</u>
Provisão para Pagamentos a efetuar (i)	150
Credores Diversos – País (ii)	178
Total	<u>328</u>

(i) As provisões referem-se a despesas de pessoal relativo a salários, férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos, apropriadas mensalmente conforme regime de competência.

(ii) A representatividade é fornecedores diversos no montante total de R\$ 129.

Nota 13. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social autorizado em 30 de junho de 2021 é de R\$ 20.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por 20 milhões de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

Reservas de Lucros

Reserva legal

Constituição obrigatória, em conformidade com artigos 182 e 193 da Lei 6.404/76, à base de 5% do lucro líquido do período. Não foi apurado lucro no período.

Prejuízo Acumulado no Período

No primeiro semestre de 2021, a Companhia apurou um prejuízo na ordem de R\$ (1.564).

Nota 14. Parte Relacionadas

A Instituição possui um contrato de aluguel da atual sede com o Sr. Wolney de Medeiros Arruda Filho, cujos valores no semestre representou aproximadamente R\$ 32 mil. O preço praticado segue transações usuais de mercado.

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos administradores para o semestre foi de R\$ 342 mil. A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Nota 15. Outras Informações

a) Receitas da Intermediação Financeira

	<u>30/06/2021</u>
Operações de Crédito	249
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	191
Total	<u><u>440</u></u>

b) Outras Despesas Administrativas

	<u>30/06/2021</u>
Honorários de Diretoria	342
Prestação de Serviços (cadastro, cobranças, cartório, etc.)	28
Processamento de Dados	431
Serviços Técnicos	114
Manutenção e Conservação de Bens	8
Aluguel	52
Publicidade	18
Outras Despesas	50
Total	<u><u>1.043</u></u>

c) Despesas de Pessoal

	<u>30/06/2021</u>
Proventos	400
Encargos	233
Benefícios	193
Outros	83
Total	<u><u>909</u></u>

d) Despesas Tributárias

	<u>30/06/2021</u>
COFINS	18
PIS	3
ISS	3
IOF	
Total	<u>24</u>

e) Contingências

Em 2021 não existiram processos judiciais ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos devidos.

Nota 16. Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o semestre findo em 30 de junho de 2021.

Wolney de Medeiros Arruda Filho
Diretor Presidente

Antonio Carlos Shiro Hachisuca
Diretor Administrativo

Edson Fernando Honorato Moleiro
Contador CRC-SP nº 327179/O-7
CPF: 297.660.498-31